

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16765 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo: elaboração de materiais didáticos aos professores do Paraná

Edna Luiza de Souza - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Edilaine Aparecida Vieira - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO: ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS AOS PROFESSORES DO PARANÁ

RESUMO: Este trabalho analisa a educação escolar em comunidades indígenas, quilombolas e do campo no Brasil, destacando a importância dos materiais didáticos específicos para essas escolas. A partir da Constituição de 1988, a educação passou a ser considerada um direito de todos, e as leis subsequentes, como a LDB 9.394/1996 e suas atualizações (Leis 10.639/03 e 11.645/08), reforçaram a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Os documentos legais moldaram as diretrizes para a educação nessas comunidades, reconhecendo suas especificidades culturais e históricas. No Paraná, entre 2006 e 2012, foram elaborados Cadernos Temáticos para professores de escolas indígenas, quilombolas e do campo, com o objetivo de fornecer subsídios teóricos e metodológicos adaptados às realidades locais. Esses materiais foram fundamentais para o reconhecimento das especificidades culturais dessas comunidades e para a adaptação das práticas pedagógicas às suas necessidades. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, surgiram novos materiais, como os Cadernos de Itinerários Formativos, que, embora tragam conteúdos adaptados às realidades locais, carecem da profundidade histórica e cultural presente nos Cadernos Temáticos anteriores. A análise dos materiais revela uma lacuna na abordagem histórica das comunidades e na articulação entre os saberes locais e o currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena. Educação Escolar Quilombola. Educação do Campo. Materiais Didáticos. Movimentos Sociais.

O Brasil é um país caracterizado por sua diversidade étnica e cultural, embora historicamente tenha negado o reconhecimento das especificidades desses povos, resultando em exclusão nas políticas públicas ao longo do tempo. No entanto, a organização da população e os movimentos sociais que lutam pela preservação da identidade e dos modos de vida de diversos grupos têm conquistado importantes avanços. No campo da educação, esses movimentos desempenharam um papel crucial para garantir que a educação fosse reconhecida como um direito de todos na Constituição de 1988, incluindo as populações indígenas, quilombolas e rurais como participantes do processo civilizatório nacional, reforçadas pelas legislações subsequentes, como a LDB 9.394/1996 e suas atualizações (Leis 10.639/03 e 11.645/08), que reforçaram a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos

currículos escolares.

O Estado do Paraná tem se destacado como protagonista na luta por políticas educacionais de Educação do Campo no Brasil. A ela se integram, por um lado, as comunidades locais/regionais e as comunidades científicas, e por outro, os órgãos governamentais estaduais. O reconhecimento da existência de especificidade e a produção de materiais específicos constituem um avanço significativo.

O Estado do Paraná está localizado ao Sul do Brasil e possui 399 municípios. As escolas da Educação Básica localizadas nesses municípios são jurisdicionadas em sua maioria pela Rede Municipal de Educação no atendimento dos estudantes educação infantil e anos iniciais e pela Rede Estadual de Educação no atendimento aos estudantes dos anos finais e ensino médio.

Segundo os dados da Secretaria Estadual de Educação do Paraná há atualmente 540 escolas estaduais do campo que atendem as mais variadas comunidades rurais, incluindo as escolas das ilhas do litoral paranaense, as escolas de assentamentos, as escolas de acampamentos, denominadas de escolas itinerantes – com suas respectivas escolas de base- e as escolas de assentamento da reforma agrária do Paraná. As Diretrizes Curriculares do da Educação do Campo para as escolas do Paraná foram implementadas em 2006, sendo que em 2010 foi instituída oficialmente a Educação do Campo como política pública no Estado do Paraná.

Ainda de acordo com os dados da Secretaria Estadual de Educação do Paraná há 38 instituições escolares que atendem os povos indígenas, representados em sua maioria pelos Kaingang (rama linguística Macro-Jê), seguido pelo povo Guarani (rama linguística Tupi Guarani). Também há famílias descendentes do povo Xetá (rama linguística Tupi-Guarani) e algumas famílias do povo Xokleng (rama linguística Macro-Jê). No estado, os documentos norteadores para as escolas referem-se ao Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas de 1998, e as Diretrizes Curriculares de 2012.

As comunidades quilombolas possuem duas escolas específicas e outras 65 escolas estaduais que atendem a estudantes quilombolas de comunidades tradicionais negras e de comunidades remanescentes de quilombos. Além das Diretrizes Curriculares específicas da educação escolar quilombola, as implicações da Lei 10.639/03 contribuíram e articularam a implantação desta modalidade educacional no Estado.

É neste contexto que situamos a discussão sobre a produção de materiais específicos para a Educação do Campo, Quilombola e Indígena. Registra-se que os materiais de apoio aos professores desempenham um papel fundamental como fontes de embasamento teórico e metodológico na efetivação da ação pedagógica, especialmente em escolas que enfrentam desafios relacionados à preservação de suas identidades culturais locais. A partir de 2006 e até 2012, em resposta a essas demandas dos movimentos sociais e das escolas, foram elaborados, pela Secretaria Estadual da Educação do Paraná-Brasil (SEED-PR), os Cadernos Temáticos

direcionados aos professores que atuavam em comunidades indígenas, quilombolas e do campo. Esses materiais ainda hoje estão disponíveis, mas por condições adversas, entre elas a polêmica condições de plataformização (BARBOSA e ALVES, 2023) que atinge a prática docente e a formação de professores na rede estadual, tais materiais encontra-se em desuso. Mais recentemente, entre 2022, 2023 e 2024 também pela SEED-PR, foram desenvolvidos, com o mesmo objetivo, os Cadernos de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio.

O objetivo deste estudo é analisar essas duas produções, e identificar os elementos teórico-metodológicos de ambas, assim como discutir e compreender seus conteúdos, no sentido de interpretar as articulações promovidas pelas recentes mudanças no cenário educacional e as consequentes influências dos materiais elaborados e disponibilizados aos professores nas mais diversas comunidades escolares. Para a realização desse estudo utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa e quantitativa com procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento de dados.

Foram analisados os Cadernos Temáticos da Educação do Campo (2008, 2009), Quilombola (2010) e Indígena (2008), e os Cadernos de Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio do Campo (2023,2024), Quilombola (2023,2024) e Indígena (2022,2024). Em ambos os materiais buscou-se verificar a articulação das propostas em relação aos elementos históricos da especificidade cultural das escolas, aos elementos teóricos e metodológicos na efetivação de ações voltadas à realidade local e à intencionalidade de auxílio aos professores nas diversas áreas do conhecimento. Sendo a materialização de uma política pública, tanto os Cadernos Temáticos quanto os Cadernos de Itinerários formativos se amparam nos dispositivos legais vigentes.

O quadro a seguir apresenta, de forma sintética, as características mais relevantes dos dois Cadernos analisados.

	Cadernos Temáticos	Cadernos de Itinerários Formativos
Aspectos históricos da especificidade cultural das comunidades	Resgatam a trajetória histórica dos povos que constituem a identidade da comunidade em que a escola está inserida, apontando tanto as conquistas ao longo dos anos como as dificuldades e lutas contínuas.	Os cadernos não apresentam textos específicos em relação aos aspectos históricos das comunidades locais. Apontam nas ementas de alguns componentes curriculares a para serem trabalhados nos conteúdos propostos.
Elementos teóricos e metodológicos na efetivação de ações pedagógicas voltadas à realidade local	Apontam ações e possibilidades para o trabalho em sala de aula, experiências realizadas em diversas escolas como também para a elaboração dos planejamentos e das articulações em diversas áreas do conhecimento.	Os conteúdos foram propostos a partir de sugestões dos professores atuantes nas escolas. Há componentes curriculares específicos para escolas quilombolas, escolas das ilhas, escolas assentamentos e acampamentos, indígenas e quilombolas
Legislações vigentes e norteadoras das políticas públicas educacionais aos povos indígenas, quilombolas e do campo	Indicam e articulam as práticas educativas com as normativas que foram fundamentais para todo o reconhecimento das culturas das comunidades distintas e que perpassam por todo o processo de mudanças na visibilidade desses povos	Apresentam fundamentalmente aspectos da BNCC e referenciam as diretrizes curriculares norteadoras das especificidades das escolas

Fonte: produção dos autores.

A comparação entre os Cadernos Temáticos e os Cadernos de Itinerários Formativos revela diferenças significativas em termos de abordagem histórica, teórica e metodológica. Os Cadernos Temáticos proporcionam uma compreensão mais profunda das realidades culturais e sociais das comunidades, enquanto os Cadernos de Itinerários Formativos são mais focados na implementação de conteúdos curriculares específicos.

A análise também destacou a importância de uma educação que esteja em constante diálogo com as realidades locais e que valorize a história e as culturas dos povos tradicionais. A falta de referência aos materiais anteriores nos novos cadernos pode ser vista como uma limitação, pois impede que os professores tenham uma visão completa do contexto em que atuam.

Com a implementação da vigente reforma educacional brasileira, que se concentra no currículo da Educação Básica, é responsabilidade das mantenedoras das instituições escolares promoverem momentos de discussão que englobem a ampla gama de significados construídos pelos sujeitos sociais presentes nas escolas.

Dado o distanciamento verificado entre as propostas dos Cadernos de Itinerários Formativos e as demandas das comunidades, revela-se de grande importância retomar as discussões e as produções relacionadas às comunidades do campo, indígenas e quilombolas, assim como para a elaboração de materiais didáticos direcionados aos professores das diversas áreas do conhecimento que retratem e valorizem os elementos históricos, sociais, políticos e culturais das comunidades paranaenses. Essa necessidade reforça a importância de considerar as especificidades locais e promover uma educação mais contextualizada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

Barbosa, P., & Alves, N. (2023). A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: Expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, 21, 1-26.

Caldart, R.S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade. In: Arroyo, M.G.; Caldart, R. S.; Molina, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Caldart, R. S., Pereira, I.B., Aletejano, P., Frigotto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Ferreira, S.R.B). Quilombolas. In: Caldart, R. S., Pereira, I.B., Aletejano, P., Frigotto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica

de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Haddad, S. Direito à Educação. In.: Caldart, R. S., Pereira, I.B., Aletejano, P., Frigotto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Militão, A.N. **Contrapontos da BNCC para a Educação Escolar Indígena. Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-17. Disponível em <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>, 2022.

Pérez Gómez, A. I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In Gimeno Sacristán, J & Pérez Gómez, A.I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Williams, R. (2011). **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis: Vozes.
